degas proceder às formas de fiscalização que julgar necessárias.

Art. 15.º — 1. É permitida a saída temporária do depósito franco de:

- a) Peças ou equipamentos para reparação;
- b) Peças para incorporação de produto nacional.

2. A saída far-se-á mediante garantia aos direitos por fiança ou depósito e com processamento de guia especial, da qual constarão o prazo em que o trabalho deverá ser executado e os sinais para futuras confrontações, sendo a verificação feita pela alfândega na saída e no regresso ao depósito.

3. Esta guia será registada e transcrita em livro existente no posto fiscal e nele será dada baixa quando a peça regressar ao recinto do depósito franco.

Art. 16.º — 1. Para a saída do depósito franco dos produtos ali fabricados será processada pela empresa interessada uma guia especial, da qual constem a quantidade, a qualidade, o peso, o valor, a forma de embalagem e o destino desses produtos, a qual servirá de título de propriedade para conferir o respectivo bilhete de despacho, que será:

- a) De importação, se o destino for o consumo interno;
- b) De transferência, se o destino for outro depósito franco;
- c) De exportação ou de cabotagem por saída, se o destino for um país estrangeiro ou província ultramarina portuguesa.

2. Qualquer dos despachos referidos no n.º 1 deste artigo será processado nos termos do Regulamento das Alfândegas e sujeito ao cumprimento de todas as formalidades legais.

Art. 17.º — 1. Os produtos despachados para exportação seguirão acompanhados de fiscalização até à fronteira ou local de embarque, consoante a via utilizada.

2. Quando a exportação não possa efectuar-se, no todo ou em parte, deverão os aludidos produtos regressar ao depósito franco, salvo se se preferir pagar os respectivos direitos de importação.

Art. 18.º — 1. O expediente do despacho poderá correr em qualquer estância aduaneira dependente da Alfândega de Lisboa, para isso autorizada pela respectiva direcção.

2. Compete à Direcção-Geral das Alfândegas, a requerimento da empresa interessada, conceder autorização, por períodos anuais, para o expediente de despacho correr por estâncias aduaneiras que não estejam dependentes da Alfândega de Lisboa.

Art. 19.º A alfândega dará ao serviço da Guarda Fiscal, junto do depósito franco, as instruções que julgue convenientes para defesa dos interesses da Fazenda Nacional e resolverá as dúvidas que pelo mesmo serviço forem postas.

Marcello Caetano — Manuel Artur Cotta Agostinho Dias.

Promulgado em 16 de Fevereiro de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Decreto n.º 85/73

de 5 de Março

Ouvido o Conselho Ultramarino, nos termos do § 3.º do artigo 136.º da Constituição;

Usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 136.º da Constituição e de acordo com o § 2.º do mesmo artigo, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei no ultramar, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Quando, em consequência da constituição de qualquer reserva, nos termos do artigo 25.º do Regulamento de Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas, aprovado pelo Decreto n.º 43 894, de 6 de Setembro de 1961, caduquem as autorizações para uso ou ocupação a título precário de terrenos ou cessem as demarcações provisórias ou dentro das áreas reservadas se encontrem ocupantes sem qualquer título, o usuário, o titular da concessão provisória ou o ocupante será notificado pela autoridade administrativa local para desocupar o terreno no prazo de trinta dias.

2. A desocupação consistirá na restituição da posse do terreno à província, mediante auto lavrado na administração do concelho ou da circunscrição em cuja área se situar.

3. No auto intervirão o administrador, em representação da província, o usuário, o titular da concessão provisória ou o ocupante, podendo fazer-se representar por procurador com os necessários poderes, e o funcionário do quadro de secretaria dos serviços de administração civil que o administrador designar, que servirá de secretário.

4. Lavrado o auto, o administrador remeterá, no prazo de vinte e quatro horas, uma certidão do mesmo ao governo da província, para que seja junta ao processo respectivo de concessão provisória ou de uso ou ocupação a título precário.

Art. 2.º — 1. Findo o prazo estabelecido no n.º 1 do artigo anterior sem que alguém compareça na administração do concelho ou da circunscrição para intervir no auto de restituição de posse, o Estado ocupará o terreno, sempre que possível nos quinze dias seguintes.

2. O interessado será avisado do dia e hora da diligência, por meio de carta registada com aviso de recepção, se residir em localidade em que haja distribuição domiciliária de correio, ou por meio de notificação, nos outros casos, para, querendo, comparecer no local.

3. Se o aviso de recepção for devolvido sem a assinatura do interessado ou se ele não for encontrado para ser notificado, proceder-se-á à notificação edital.

4. A ocupação será efectuada pela autoridade administrativa local, que procederá a vistoria prévia, lavrando-se auto de que constem as diligências feitas, as ocorrências que se verificarem e os resultados da vistoria.

5. O auto será assinado pelas pessoas que intervirem nas diligências de ocupação e também pelo interessado ou seu representante, se estiver presente e o quiser fazer.

6. O interessado poderá, no auto de ocupação, protestar contra esta, indicando os motivos da sua discordância, designadamente a pretensão de ser in-

demnizado por benfeitorias feitas, e os fundamentos do direito que porventura invoque, o que se fará constar sucintamente no auto.

7. A autoridade que proceder às diligências de ocupação, se encontrar resistência à sua acção, poderá requisitar a força pública necessária à sua efectivação.

8. Lavrado o auto de ocupação do terreno, cumprir-se-á o disposto no n.º 4 do artigo anterior.

Art. 3.º — 1. O protesto referido no n.º 6 do artigo anterior será irrelevante se o interessado no prazo de vinte dias não interpuser recurso hierárquico para o governador da província para obter a restituição do terreno, com fundamento em direito de propriedade reconhecida em título passado pelo cadastro, ou o pagamento do valor das benfeitorias.

2. O interessado que não tenha estado presente às diligências de ocupação pelo Estado por não ter sido avisado do dia e hora em que se realizavam, poderá no prazo de vinte dias, contado da data em que tiver conhecimento da ocupação e para os fins referidos no número anterior, interpor recurso hierárquico para o governador da província.

3. Os serviços competentes, no prazo de quinze dias, submeterão a despacho do governador o recurso hierárquico referido no número anterior, instruído com todos os documentos necessários à sua decisão e devidamente informado.

4. O recurso não terá efeito suspensivo.

Art. 4.º Do acto do governador que indeferir o recurso hierárquico cabe recurso contencioso, nos termos gerais de direito.

Art. 5.º — 1. Quer o interessado que lavrou o protesto previsto no n.º 6 do artigo 2.º, quer o que se encontrar nas condições referidas no n.º 2 do artigo 3.º, desde que invoque a seu favor direito de propriedade não fundado em título passado pelo cadastro, pode propor contra a província, nos termos do n.º 2 do artigo 1035.º do Código de Processo Civil, acção de restituição de posse, contanto que o faça no prazo de um ano contado da data da ocupação ou da data em que teve conhecimento desta.

2. Se a acção for julgada procedente, dar-se-á sem efeito o acto de ocupação, devendo a Administração usar o processo de expropriação.

3. O artigo 1036.º do Código de Processo Civil não se aplicará na acção a que se refere o n.º 1.

Art. 6.º — 1. Quando o interessado invocar a seu favor o direito a uma indemnização por benfeitorias introduzidas no terreno independentemente de lhe ser reconhecido tal direito, poderá requerer fundamentadamente ao juiz da comarca, no prazo referido no n.º 1 do artigo 1.º, que se proceda a uma vistoria *ad perpetuam rei memoriam* destinada a fixar os elementos de facto susceptíveis de desaparecer, que se efectuará conjuntamente com uma arbitragem destinada a fixar o valor das benfeitorias.

2. O requerimento dará entrada na administração do concelho ou da circunscrição no prazo referido no número anterior e deverá logo indicar o árbitro do interessado, sem o que será indeferido.

3. O administrador remeterá o requerimento ao juiz da comarca no prazo de oito dias, devendo simultaneamente indicar o árbitro do Estado.

4. O juiz, feito o preparo para despesas pelo requerente, designará o terceiro árbitro.

5. O juiz tomará juramento aos árbitros e instalará a arbitragem nos dez dias seguintes à nomeação do terceiro árbitro.

6. Juntamente com a indicação dos árbitros ou no acto da instalação da arbitragem é lícito às partes apresentarem uma relação, em quadruplicado, dos quesitos relativos aos pontos que entendam deverem ser ponderados na fixação do valor das benfeitorias.

7. O processo poderá ser confiado ao terceiro árbitro e será facultado aos dois restantes, quando o pretendam.

8. Um dos exemplares dos quesitos ficará no processo e os três restantes serão entregues a cada um dos árbitros.

9. A decisão dos árbitros será tomada em conferência, por maioria, servindo de relator o árbitro nomeado pelo juiz.

10. Não se obtendo uma decisão arbitral por unanimidade ou maioria, valerá como tal a média aritmética dos laudos que mais se aproximarem ou o laudo intermédio, se as diferenças entre ele e cada um dos restantes forem iguais.

11. A decisão dos árbitros deve ser apresentada no tribunal no prazo de vinte dias a partir da data da instalação de arbitragem.

Art. 7.º — 1. A decisão dos árbitros será notificada ao requerente e ao Ministério Público no prazo de quarenta e oito horas e dela haverá recurso para o juiz de direito, a interpor no prazo de cinco dias, expondo logo o recorrente as razões da discordância com a decisão arbitral, oferecendo todos os documentos e requerendo todas as demais provas e designando o seu perito.

2. A cada parte é lícito indicar o total de três testemunhas, obrigando-se a apresentá-las no tribunal independentemente de notificação.

3. Admitido o recurso, será o processo imediatamente remetido à secretaria, a fim de entrar na primeira distribuição e se notificar o não recorrente.

4. Para efeitos de distribuição, o processo pertence à espécie 4.ª do artigo 222.º do Código de Processo Civil.

5. O processo seguirá depois os trâmites estabelecidos nos artigos 33.º e seguintes, na parte aplicável, do Regulamento das Expropriações, aprovado pelo Decreto n.º 43 587, de 8 de Abril de 1961, tornado extensivo ao ultramar com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 23 404, de 28 de Maio de 1968.

Art. 8.º — 1. O valor das benfeitorias fixado pelos árbitros ou pelos tribunais será pago ao interessado se tiver direito a ser indemnizado nos termos da legislação vigente sobre terrenos vagos das províncias ultramarinas.

2. Entendendo a Administração que é devido pagamento pelas benfeitorias, deverá comunicá-lo ao interessado no prazo de trinta dias a contar do trânsito em julgado da fixação do valor.

3. Para o efeito previsto no número anterior, o agente do Ministério Público remeterá ao governo da província a decisão transitada em julgado que fixou o valor das benfeitorias.

4. Findo o prazo referido no n.º 2 sem que seja recebida pelo interessado a comunicação a que se refere o mesmo número, poderá ele formular o pedido de pagamento devidamente fundamentado e

instruído com documentos, dirigidos ao governador da província, que ouvirá os serviços competentes e decidirá.

5. O despacho do governador da província não poderá alterar o montante da indemnização fixada, mas poderá recusar o pagamento, fundado na legislação referida no n.º 1 deste artigo.

6. Do despacho do governador que indeferir o pedido cabe recurso contencioso, a interpor nos termos gerais de direito.

Art. 9.º — 1. Logo que for fixado o valor das benfeitorias por decisão dos árbitros, independentemente do seu trânsito em julgado, nos casos em que se tenha requerido a arbitragem, deverá proceder-se à ocupação do terreno nos termos previstos no artigo 2.º deste diploma.

2. Para o efeito previsto no número anterior o agente do Ministério Público remeterá, no prazo de cinco dias, certidão da deliberação dos árbitros à autoridade administrativa local competente para proceder à ocupação.

Art. 10.º O processo regulado nos artigos 5.º, 6.º e 7.º é considerado urgente, preferindo a todos os outros serviços judiciais, excepto o de réus presos.

Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 23 de Fevereiro de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Oficiais* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha.*

Inspeção Superior das Alfândegas do Ultramar

Portaria n.º 161/73

de 5 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 6.º do Decreto n.º 41 026, de 4 de Março de 1957, sob proposta do Governo-Geral do Estado Português de Angola, o seguinte:

1. Os direitos dos artigos 180.º e 182.º da Pauta Preferencial de Importação do Estado Português de Angola são desdobrados da forma seguinte:

Taxas — 10 por cento *ad valorem*.

Sobretaxas — 10,5 por cento *ad valorem*.

2. É suspensa a cobrança das sobretaxas dos artigos pautais referidos em 1.

3. As disposições da presente portaria aplicam-se aos despachos pendentes de liquidação e pagamento.

Ministério do Ultramar, 23 de Fevereiro de 1973. — O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Para ser publicada no *Boletim Oficial* do Estado Português de Angola. — *J. da Silva Cunha.*

Inspeção-Geral de Minas

Decreto n.º 86/73

de 5 de Março

Atendendo a que a Companhia Mineira do Lobito tem em curso negociações com empresas qualificadas para celebração de contratos de associação para valorização de riqueza mineira de área a destacar da concessão de exclusivo de pesquisas e exploração mineiras, que lhe foi outorgada pelo contrato celebrado com o Estado em 1 de Março de 1950, em harmonia com o disposto no Decreto n.º 37 677, de 22 de Dezembro de 1949, conjugados com os Decretos n.ºs 41 441, de 12 de Dezembro de 1957, 42 558, de 2 de Outubro de 1959, 46 017, de 10 de Novembro de 1964, e 49 389, de 18 de Novembro de 1969, e Portaria n.º 389/72, de 15 de Julho;

Considerando que, nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 49 389, de 18 de Novembro de 1969, foi prorrogado até 31 de Dezembro de 1974 o prazo de exclusivo de pesquisas estabelecido no Decreto n.º 46 017, de 10 de Novembro de 1964;

Tendo em vista que as novas associações entre a Companhia Mineira do Lobito e as empresas interessadas se subordinarão a novos contratos a celebrar entre elas e o Estado, com disposições contratuais análogas às de contratos mais recentes, o que contribuirá para se atingir, em parte, o objectivo pretendido pelo artigo 3.º do Decreto n.º 49 389, de 18 de Novembro de 1969;

Nos termos do § 3.º do artigo 136.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 136.º da Constituição e de acordo com o § 2.º do mesmo artigo, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei no ultramar, o seguinte:

Artigo único. É prorrogado até 31 de Dezembro de 1974 o prazo para o cumprimento da obrigação a que se refere o artigo 3.º do Decreto n.º 49 389, de 18 de Novembro de 1969.

Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 23 de Fevereiro de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* do Estado de Angola. — *J. da Silva Cunha.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

Portaria n.º 162/73

de 5 de Março

Com base no disposto no artigo 6.º do regulamento da Lei n.º 2097, aprovado pelo Decreto n.º 44 623, de 10 de Outubro de 1962:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Agricultura, conceder à União